

Do regional ao nacional: o Pantheon Maranhense nos esforços de construção de uma identidade brasileira

Enviado em:
13/04/2014

Aprovado em:
15/06/2014

Andréa Faria

andreamila@oi.com.br
Mestre em História- Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo procura identificar as relações entre a biografia de Gonçalves Dias escrita por Antonio Henriques em seu *Pantheon Maranhense* e a construção não só da memória do poeta, mas também da identidade brasileira. A análise da obra leva em conta o lugar ocupado pela biografia durante o século XIX, qual seja, o de auxiliar e complemento fundamental da história e parte dessa chave, recomendada pelos próprios biógrafos da época, para entender a contribuição que esse texto deixou para a formação e consolidação da memória do poeta maranhense e mais do que isso, na elaboração de uma identidade brasileira constituída a partir do elemento regional.

56

Palavras-Chave

Biografia; História do Brasil; Identidade nacional

Abstract

This article seeks to identify the relationship between Gonçalves Dias biography written by Antonio Henriques in his *Pantheon Maranhense* and construction not only the memory of the poet, but also of Brazilian identity. The analysis of the work takes into account the role played by biography in the nineteenth century, namely, to assist and complement the history and fundamental part of this key, recommended by the biographers of the time to understand the contribution that this text to the left formation and consolidation of memory of the poet from Maranhão and more than that, in developing a Brazilian identity formed from the regional element.

Keywords

Biography; History of Brazil; National identity

Por que apostar no biográfico?

Problematizar a biografia é pensar, ao mesmo tempo, a cultura histórica e também a cultura política, num duplo processo de entender as escolhas tanto de biógrafos quanto dos que são biografados e dos contextos nos quais estes se inserem. Isso porque a escrita de uma vida estabelece a preocupação com o registro das ações humanas, o que por si só traz uma dicotomia, uma vez que a própria ação de registrar uma vida pressupõe uma escolha entre o que será fixado e o que será esquecido, o que leva também a fixação – *sobrevida*, como no mundo grego clássico – de alguns indivíduos e não de outros. Ou seja, registram-se apenas aqueles que são julgados dignos de pertencerem à memória comum.

Essa perspectiva nos direciona para as possibilidades de análise dos usos políticos do biográfico, usos esses iniciados com a emergência da *polis* no mundo grego e que sofreram e sofrem variações segundo a temporalidade e segundo suas apropriações, mas estão sempre presentes. Nesse sentido, a escrita era (e é) uma maneira de monumentalizar o indivíduo, torná-lo lembrado, muitas vezes seguindo uma estratégia de heroicização e/ou de fonte pedagógica para uma sociedade, como complemento ou até ponto central aos brevíários da história nacional de qualquer país.

Como apontado por François Dosse, em 1989, Daniel Madelénat assim definia a função social da biografia:

A biografia gera uma parte da memória, liofilitiza o passado em módulos prontos para consumo, irriga docemente o hoje com os encantos do ontem [...] Desempenha uma função moral: tira as mônadas de sua solidão, abre veredas de pesquisa da identidade, escancara o santuário da personagem. Propõe modelos que suscitam a projeção e a introjeção formativas. (MADELENAT apud: DOSSE, 2009: 18)

Mas a escrita biográfica não se apresentou sob um modelo contínuo ao longo da história, e suas variações dialogam, embora não coincidam, com as variações na história da escrita da história. O processo de laicização interferiu na forma de conceber a natureza humana, interferindo, desta forma, na maneira de escrever as ações dos homens no mundo. Nesse sentido, os debates contemporâneos sobre a escrita biográfica contribuíram para o desenvolvimento de uma história do gênero, caminho percorrido, por exemplo, por Daniel Madelénat (MADELENAT, 1984).

Para ele, dizer que algo tem uma história significa relacioná-lo a uma tradição, nesse caso, uma tradição vinda da cultura escrita do ocidente europeu,

cujas heranças e desdobramentos estão ligados aos valores e práticas do mundo clássico, ou seja, da Antiguidade greco-romana. Ao dizer isso, Madelénat estabelece uma tradição, mas também determina a historicidade da escrita da vida individual, criando uma chave de leitura através da periodização da escrita biográfica segundo três paradigmas, a saber: o paradigma clássico, que perduraria da Antiguidade ao século XVIII; o paradigma romântico, em vigor na virada do século XVIII para o XIX; e o paradigma moderno, iniciado em finais século XIX e consolidado no XX.

Pensando nessa renovação do biográfico ocorrida no século XX, Aguirre Rojas nos aponta ainda que, dentro do âmbito da chamada história *innovadora* desenvolvida no período, o gênero biográfico não gozava de muito prestígio, o que se dava pelo fato de as historiografias renovadoras da Europa ocidental procurarem se afirmar em uma oposição direta à chamada historiografia positivista, dominante entre o final do século XIX e o início do XX. Oposição essa que levou a uma valorização dos processos coletivos em detrimento dos *grandes homens*, mas que isso, na esfera exterior a da historiografia, não significou, de maneira alguma, que o gênero tivesse caído em desuso. E é pensando sobre essa dicotomia, de gênero que desagrada aos historiadores, mas que possui público certo, que ele diz que:

58

El gran desafío para esta nueva historiografía del tercer milenio naciente, en lo que toca en particular al género de la biografía que *no* sea un simple relato apasionado, cronológico, de acontecimientos engrandecidos falsamente, de la historia y de la vida de un hombre, sino que, por el contrario, se afirme mas bien como una recuperación compleja de la curva de un determinado destino individual, desde las perspectivas que la historia social desarrolló lenta y sistemáticamente durante las últimas quince décadas vividas (ROJAS, 2000: 14-5).

Sabemos que hoje a resistência, se assim podemos chamar, ao gênero biográfico dentro do meio historiográfico está bem menos presente. Proliferaram nos programas de pós-graduação os trabalhos que tem por fim a construção de biografias ou a tematização delas enquanto fontes, inclusive como fontes historiográficas¹. Essa modificação não se deu ao acaso e nem de forma imediata. Foi fruto de décadas de debates nos centros acadêmicos brasileiros e também um reflexo dos debates sobre o biográfico comentados à cima.

Mas essa “abertura de espaço” para a biografia no Brasil abriu caminho também para que repensássemos seus usos como instrumento de criação e

1 Um levantamento inicial feito por mim no ano de 2010 na base de dados da Capes identificou cerca de 160 trabalhos que tematizam em alguma medida a escrita biográfica, seja como fonte ou metodologia.

consolidação da identidade brasileira, em especial durante o período imperial e as décadas iniciais da república.² Como dito, a prática de recuperar trajetórias individuais a fim de representar uma sociedade ou mostrar aos seus cidadãos os bons exemplos a serem seguidos é marca das escritas biográficas desde a antiguidade, da qual sem dúvida o maior exemplo são os livros de Plutarco, mas nos interessa em particular os usos dessas práticas no Brasil, em especial num momento em que o Estado consolidado precisava se firmar como nação e homogeneizar o povo e o território sob o designativo comum de *brasileiro*.

A biografia no oitocentos: o caso do Império do Brasil

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações de honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior glória. (BARBOSA apud: GUIMARÃES, 2010: 29)

Durante o século XIX a escrita biográfica, em seus usos políticos, teve seus sentidos ampliados, em particular no que diz respeito ao seu uso, ao lado da história e da literatura, como contribuição para a fundação de uma identidade nacional. No caso particular do Brasil, cuja identidade nacional estava, em alguma medida, sendo formada após a constituição do Estado, as biografias serviram aos projetos de construção da identidade e ganharam uso pedagógico ao destacar e perpetuar na memória nacional a imagem daqueles que deveriam ser reconhecidos como filhos ilustres da pátria.

Em 1839 no discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – o Cônego Januário da Cunha Barbosa deixava clara sua posição diante da função, social e histórica, da biografia: ela deveria ser um recurso de pedagogia moral nos esforços de construção da pátria. Mais do que isso, a biografia mostrava-se para ele como o complemento fundamental da história uma vez que esta seria “incompleta, descorada e árida” se apenas se ocupasse dos fatos gerais e deixasse de lado os homens, com o que sofreram, pensaram e viveram antes de nós (BARBOSA apud: GUIMARÃES, 2010: 26).

As ponderações de Januário mostravam assim que ao tomar para si a tarefa de escrever a História do Brasil, os sócios do IHGB deveriam também preservar a memória dos brasileiros, isto é, preservar a memória daqueles que deveriam ser lembrados por suas contribuições à pátria e que, principalmente, deveriam servir

² Entre os muitos trabalhos existentes destaco em especial os de Marcia de Almeida Gonçalves (2009, 2009b, 2009c) e de Maria da Glória de Oliveira (2009).

de estímulo e exemplo às futuras gerações, marcando assim a posição fundamental da biografia para a construção da História e da Identidade Nacional.³ Mas quem eram aqueles cujas memórias deveriam ser preservadas?

Marcia de Almeida Gonçalves afirma que “nas galerias de brasileiros e brasileiras distintos e ilustres, elegeram-se os indivíduos cujas vidas em seus sentidos e realizações deveriam confundir-se com os da própria nação” (GONÇALVES, 2009: 454), possibilitando assim que se efetivassem as estratégias da “expansão para dentro”⁴ através da criação de *retratos em papel e letras*⁵ daqueles que deveriam ser louvados e servir de exemplo a outros diletos filhos da pátria.

Ainda segundo Marcia Gonçalves, mas do que lembrar quem não deveria ser esquecido, nas biografias apresentava-se o exercício de *como* lembrar, elas eram, nesse sentido, um dos meios de construir a memória nacional (GONÇALVES, 2009: 454) e nesse *projeto* de construção de identidade, alguns conceitos apresentaram-se como norteadores das narrativas biográficas, numa tentativa de amenizar a fugacidade da condição humana, entre os quais se destacam em especial os de *gênio* e *herói*. Esses conceitos acabavam por demarcar então algumas das categorias de homens cujas “vidas” deveriam ser “preservadas”, entre as quais se destacavam, sobretudo, literatos e militares.

Em 1894, Tristão Alencar Araripe, ao publicar na Revista do Instituto suas *Indicações sobre a História Nacional*, reafirmava a posição fundamental da biografia como parte da história. Segundo ele, “Será um dos sagrados deveres do historiador brasileiro apresentar á veneração dos posterios a memória dos varões beneméritos, que engradeceram esta pátria com proezas generozas, invenções úteis, e obras excludentes” (ARARIPE apud: GUIMARÃES, 2010: 228). Ele ponderava, contudo, que era “erro fatal” dos biógrafos desde Plutarco, escolher seus heróis apenas entre os grandes homens militares ou políticos, sem considerar os feitos dos homens que contribuem para o engrandecimento de sua sociedade escondidos em

60

3 Vale destacar que nem sempre os brasileiros cujas memórias deveriam ser preservadas eram brasileiros de nascimento, mas também homens que haviam se comprometido de alguma forma com a causa brasileira, em especial durante o período colonial, como as biografias publicadas por João Manuel Pereira da Silva em seu *Plutarco Brasileiro (1847)* se encarregam de demonstrar.

4 Expressão cunhada por Ilmar Mattos no artigo “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” publicado no *Almanack Braziliense* em maio de 2005 e recuperada aqui a partir do texto de Marcia Gonçalves (*Op. Cit.*).

5 Expressão cunhada por Marcia de Almeida Gonçalves para se referir as biografias num contexto de construção do imaginário nacional e que dá título ao projeto de pesquisa coordenado por ela na UERJ.

gabinetes de estudo ou laboratórios (ARARIPE apud: GUIMARÃES, 2010: 229). Com isso Araripe sinalizava certa mudança no reconhecimento do valor social da biografia, ela continuava sendo pedagógica e parte da história, era sobretudo, um meio eficaz de “salvar” os homens do esquecimento, mas ela deveria cuidar de guardar e exaltar a memória de todos aqueles que de alguma forma tivessem contribuído para o engrandecimento da pátria, não importando a área de atuação.

Assim, como aponta Maria da Glória de Oliveira, no século XIX, as biografias pertenciam ao projeto historiográfico do Império do Brasil, onde nem a biografia nem a história se configuravam como gêneros puros ou inalteráveis, mas sim “como formas discursivas historicamente condicionadas por diferentes práticas e tradições letradas” (OLIVEIRA, 2009: 25-6). Elas eram parte do esforço dos letrados brasileiros em associar, através de textos, os usos do passado às finalidades políticas do presente, servindo como modelos de conduta e estímulo à imitação (OLIVEIRA, 2009: 56), num momento em que era preciso que os brasileiros se identificassem como tal.

A biografia de Gonçalves Dias que Antônio Henriques Leal publica em seu *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos* (LEAL, 1987), está marcada por essas perspectivas. Obra referencial por ser fruto do trabalho de um biógrafo que foi um dos principais amigos do poeta maranhense, ela trás em si as marcas da(s) escrita(s) biográficas do XIX, onde se procurava destacar o valor de uma vida individual para a pátria, e é também, em alguma medida, obra de transição por atribuir valor fundamental às fontes documentais, tal como serão, depois, prescritas pelas chamadas biografias modernas no século XX.

61

O *Pantheon Maranhense*: um caso particular

Publicado originalmente em 1874, o *Pantheon Maranhense* reúne 19 biografias divididas em quatro tomos publicados entre 1873 e 1875 pela Imprensa Nacional de Lisboa.⁶ Entre os biografados por Antonio Henriques estão homens ilustres das mais diversas esferas: literatos, jornalistas, políticos e militares. Muitos contemporâneos entre si e em relação ao autor e com laços de amizade. Entre os biografados destacam-se para nós, além de Gonçalves Dias, Manuel Odorico

6 Esta é a organização original da obra, cuja ordem de publicação é: tomo I, em 1873; tomos II e III, em 1874; e tomo IV, em 1875. Aqui trabalhamos com a segunda edição, publicada em 1987, e que se encontra dividida em dois tomos, cada um deles reunindo o conteúdo integral de dois tomos da primeira edição, por isso a apresentação, nas referências, como tomos 1 e 2.

Mendes e Francisco Sotero dos Reis, João Duarte Lisboa Serra e João Francisco Lisboa, por terem convivido diretamente com o poeta maranhense.

Maranhense nascido em 24 de junho de 1828, Antônio Henriques Leal era filho de abastados senhores rurais e doutor em medicina pela faculdade da Corte Imperial. Ao longo de sua vida, ocupou cargos políticos no Maranhão entre 1865-1867, dos quais se viu afastado por problemas de saúde; foi regente do Colégio Pedro II e participou de várias sociedades literárias e culturais, inclusive como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de ter colaborado com diversos periódicos e de ter publicado o *Pantheon*, foi autor ainda de uma “*Introdução*” para a *História da Independência do Maranhão*, de autoria do visconde de Vieira da Silva, das *Lucubrações* (pequenos ensaios sobre história, literatura e medicina) e da *Biografia de Antonio Marques Rodrigues*, entre outros escritos e edições.

Foi durante seu afastamento da política maranhense, após sofrer um derrame cerebral e embarcar para a Europa para tratar da saúde, que Antonio Henriques iniciou os trabalhos de elaboração do *Pantheon*. A essa época ele já iniciara os procedimentos para erguer em São Luis (MA) uma estátua em homenagem ao Gonçalves Dias, morto em novembro de 1864. Iniciadas as homenagens ao querido amigo, pareceu-lhe hora propícia para homenagear outros filhos de sua *pequena pátria*, como ele mesmo afirma em Advertência ao primeiro tomo do *Pantheon*:

Estava já em via de realização o monumento que havia projetado levantar à memória de Gonçalves Dias; não era, portanto, fora de propósito, ajuntar-lhe como complemento a comemoração dos principais lances das vidas dos beneméritos cidadãos que ilustraram minha província. Se não tem esta obra nenhum mérito, servirá ao menos de impedimento a que se oblitere de todo a memória das virtudes e feitos deles, ao mesmo tempo de espelho e incentivo às novas gerações. (LEAL, 1987: 5)

Como dito, para nós o que torna a obra referencial é o fato de ela ter sido escrita não apenas por alguém que foi contemporâneo e coprovinciano de Gonçalves Dias, mas que foi, principalmente, seu amigo íntimo. Antonio Henriques esteve presente, fisicamente ou não, nos momentos mais marcantes da vida de Gonçalves Dias, sendo um de seus principais correspondentes e apresentando-se para nós, nesse sentido, como uma testemunha ocular dos fatos narrados por ele e pelo próprio poeta, uma vez que compartilhou com ele seus projetos, angústias, alegrias e sofrimentos.

Mas o valor da obra está também no seu pertencimento a essa galeria de

ilustres que é o *Pantheon*. Ao escrevê-lo, reunindo “os traços biográficos de alguns ilustres filhos duma província de quarta ordem”, Antonio Henriques tinha em mente a ideia de que a obra poderia e deveria servir a uma espécie de pedagogia, como, aliás, era uso corrente nas biografias publicadas no século XIX, e dessa forma sinalizava sua intenção de, em alguma medida, participar dos projetos de construção da identidade brasileira. Ainda na *Advertência* ao primeiro tomo, ele afirmava:

Não passam minhas aspirações do simples intento de indicar a meus comprovincianos a senda que devem trilhar, tomando por norma tão bons exemplos de casa, e aprendendo neles a se desalentarem ante as agruras da vida e a persistirem desvelada e desinteressadamente no patriótico empenho de bem-servirem a nossa mãe comum [a pátria]. (LEAL, 1987: 6)

Pensava ele também em vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, construindo um templo para guardar as cinzas “dos nossos homens eminentes por suas virtudes ou saber e letras”, tendo por fim último fornecer dados para que algum “abalizado escritor” construísse obra de maior vulto. Aliás, na *Advertência* ao segundo tomo ele reforça a ideia de que a obra deveria servir de exemplo para que outros trilhassem caminho parecido em suas províncias e possibilitassem por fim a construção/edição de um *Pantheon Brasileiro*.

Mais do que uma mera introdução ao segundo tomo, esta última *Advertência* era uma resposta a uma dura crítica recebida do então 1º secretário do IHGB, o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Segundo Antônio Henriques, Fernandes Pinheiro ao dar conta em sessão do Instituto do recebimento do primeiro tomo do *Pantheon* comentou que embora não tivesse tido tempo para “apreciar tão substancial obra”, havia se entristecido por encontrar no seu “simples título e exposição do plano [...] tendências autonômicas e um certo *particularismo* que muito desejava ver banido da recente literatura” (LEAL, 1987: 6).

É então, por ver-se diante de uma acusação de regionalismo, condenado num Império cuja maior obra era a própria consolidação da nação, que Antônio Henriques reforça a ideia de ser o seu *Pantheon* um primeiro passo para a construção de um *Pantheon Brasileiro*.

Mas para Mário Meireles, mais do que influenciada pelo *Pantheon*, a opinião de Fernandes Pinheiro estava baseada no fato de que na *Introdução da História da Independência do Maranhão*, do visconde de Vieira da Silva, Antônio Henriques havia explicado a adesão tardia do Maranhão à independência no

fato de a província ter sido durante quase todo o período colonial um Estado “independente” ao Brasil, muito mais ligado à antiga metrópole, e que, portanto não tinha por obrigação ter comprometimento com a causa brasileira (MEIRELES apud: LEAL, 1987: 14).

Sem nos debruçarmos sobre os motivos que levaram Fernandes Pinheiro a fazer tal consideração é relevante sinalizar que ao partir do regional para buscar exaltar o nacional, Antonio Henrique trilhava um caminho diferente do que vinha sendo seguido pelos biógrafos de então, e principalmente, um caminho diferente do esperado. Há que se ter em mente que desde a criação do Instituto em 1838 havia uma preocupação, ou antes, um objetivo, em torná-lo (e à corte) o centro receptor das informações das províncias para que a partir daí a História fosse escrita e disseminada para as diversas regiões do império. Partir de uma província para exaltar a pátria, em especial de uma província onde houvera grande resistência ao projeto de emancipação do Brasil era, no mínimo inesperado e podia criar, como de fato criou, alguma resistência o projeto.

Passemos então às especificidades do terceiro tomo, inteiramente dedicado a Gonçalves Dias.

64

Gonçalves Dias, o mais ilustre membro do Pantheon

Já apontamos como é significativo o fato desta primeira grande biografia do poeta ter sido escrita por um de seus amigos íntimos e apenas 10 anos após sua trágica morte. Mas não podemos deixar de demarcar também o simbolismo que cerca a publicação dedicada por Antônio Henriques a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, seu primo e melhor amigo de Gonçalves Dias. A publicação é, nesse sentido, uma dupla homenagem; homenageia ao mesmo tempo ao primo e ao grande amigo que tinham em comum. Prova disto é que ao editar as *Obras Póstumas de Gonçalves Dias*, em 1868, Antonio Henriques compõe uma biografia (a título de introdução) e dedicando-a a Teófilo, escreve:

Consente, amigo, que inscreva aqui o teu nome para com elle apadrinhar este padrão, embora humilde e percedouro, emquanto [sic] não o erguemos de bronze ou marmore á memória d’aquelle, cujo verdadeiro e eterno monumento são as producções de seu genio transcendente. (LEAL apud: DIAS, 1868: 11)

Em 7 de setembro de 1873, era inaugurada em São Luiz (MA) a estátua do poeta. A publicação do terceiro tomo do *Pantheon* em 1874, integralmente

dedicado à biografia do poeta, viria, assim, a completar a homenagem, em letras e mármore, há muito pretendida por Antonio Henriques, que foi aliás o mentor e realizador do projeto de construção da estátua.

Mas tanto o projeto da estátua quanto o da biografia não queriam exaltar apenas o amigo querido e já célebre no cenário nacional. A intenção de Antonio Henriques era exaltar o gênio, exaltar o valor quase sobrenatural de Gonçalves Dias para, a partir daí, exaltar a pátria. Assim ele diz, “Bendita a hora em que nasce um gênio, aqui, ali, além, que importa se for luz benéfica que esclareça e guie a humanidade?” (LEAL, 1987: 7), e inicia sua biografia com um tom quase profético e que se manterá ao longo de toda a narrativa.

Convencido de que os versos de um poeta são influenciados pelo mundo que o rodeia e que dessa forma exprimem suas idéias e percepções, Antônio Henriques afirma que ao se rastrear seja as obras de Shakespeare, Goethe ou Lamartine encontramos nelas “encarnado o verbo e assinaladas as tendências e impressões que no seu tempo abalaram profundamente esses entes sobrenaturais, deixando transparentar em suas mais etéreas inspirações a parte que é da natureza humana” (LEAL, 1987: 8). Assim ele escolhe narrar a trajetória de vida de Gonçalves Dias “desde o berço até a sepultura” de maneira entremeada com a passagens de seus versos, de modo a deixá-lo falar através de sua poesia, como se os versos do poeta fossem parte de sua própria narrativa, tal a fluidez que consegue imprimir ao texto híbrido.

Preocupando-se em reafirmar a ligação entre o nascimento de Gonçalves Dias e o “nascimento do Brasil” que o próprio poeta havia feito ao escrever uma nota autobiográfica⁷, Antonio Henriques amplifica esta relação ao dizer “Nascia Gonçalves Dias com a nossa pátria, como Camões desaparecera com a sua” (LEAL, 1987: 9). Assim, Antônio Henriques ao mesmo tempo em que repete a ligação entre a independência do Brasil, no que se refere à rendição de Caxias em 1 de agosto de 1823 e o nascimento de Gonçalves Dias em 10 de agosto daquele ano, relaciona o “nascimento” do Brasil – corporificado no poeta – ao “fim” de Portugal, numa relação semelhante a que foi feita por Alexandre Herculano em

7 Ao escrever uma nota autobiográfica a pedido do francês Ferdinand Denis, Gonçalves Dias relacionara seu nascimento ao nascimento da pátria, uma vez que nascera poucos dias depois da rendição de Caxias. “As províncias do norte do Brasil foram as que mais tarde aderiram à independência do Império. Caxias, então chamada Aldeias Altas no Maranhão, foi a derradeira. A independência foi ali proclamada depois de uma luta sustentada com denodo por um bravo oficial português que ali se fizera forte. Isto teve lugar à (sic) 1º de Agosto de 1823. Nasci a 10 de Agosto desse ano”. Cf. Lúcia Miguel Pereira (1943)

artigo publicado na Revista Universal Lisboense.

Mas cabe-nos destacar que ao relacionar seu nascimento ao nascimento da pátria, Gonçalves Dias não criara um mero simbolismo, ele demonstrara um exercício em construir para si uma imagem e uma origem singular. Para Marcia Gonçalves, ao estabelecer esta relação, Gonçalves Dias, mais do que um pertencimento, firmava um compromisso de representar por meio de sua vida particular – e aqui entendemos também por meio de sua obra – a comunidade imaginada, sentida e significada como nação (GONÇALVES, 2009: 428), e seus biógrafos, a começar por Antonio Henriques, souberam explorar esta relação e usá-la como ponto de (re)afirmação da posição de Gonçalves Dias enquanto poeta nacional por excelência.

Aliás, para Antônio Henriques, Gonçalves Dias é aquele que liberta de uma vez por todas a literatura pátria, fundando uma literatura genuinamente brasileira. Sua biografia ajuda assim a reforçar a idéia de que o poeta maranhense foi o verdadeiro inaugurador de uma *literatura nacional*, recuperando os elogios que foram feitos a sua obra à época da publicação dos *Primeiros Cantos* (1846), especialmente aqueles que foram publicados na imprensa.

66 Não nos cabe discutir o talento de Gonçalves Dias. Certamente foi pela qualidade de seus versos e inovação no que tange ao desenvolvimento de uma poesia indianista de características tão próprias, que ele foi aclamado como maior poeta do Brasil já após a publicação de seus *Primeiros Cantos*. Mas será que o poeta teria hoje o mesmo reconhecimento se não fosse a produção de sua memória através das biografias? Será que ele seria tão aclamado se seu livro não tivesse chegado às mãos de Alexandre Herculano, impressionando-o a tal ponto de escrever um artigo exaltando a poesia de Gonçalves Dias e estabelecendo o fim da história literária portuguesa e o nascimento da brasileira? Parece-nos que não. Aliás, no artigo em questão, intitulado *Futuro Literário de Portugal e do Brasil*, publicado por Alexandre Herculano no tomo 7 da *Revista Universal Lisboense*, anos de 1847-1848, o escritor português afirmava que os “Primeiros Cantos” eram “inspiração de um grande poeta” e que o poema *Seus Olhos* eram as composições mais mimosas que já havia lido (HERCULANO apud: DIAS, 1998).

Nesse sentido, José Henrique de Paula Borrvalho afirma que

A repercussão do artigo de Alexandre Herculano nos jornais do império foi imediata e pesou decisivamente para a visibilidade e dizibilidade do cantor timbireense e de sua utilização pelo império brasileiro dentro do projeto criador da nação. (BORRALHO, 2009: 208)

Num momento em que a nação se construía e se afirmava, receber a declaração de independência literária pelas mãos de um dos mais aclamados homens de letras da antiga metrópole certamente que se revestia de um aspecto mais do que simbólico, pois era também político. Com a exaltação de Gonçalves Dias feita por Herculano, o Império Brasileiro não era mais apenas independente politicamente, ganhara o aval para ser autônomo em sua literatura e história, e não seriam justamente essas duas esferas entre as principais responsáveis pela construção da nação?

Mas as relações entre o pertencimento do Maranhão tanto com Portugal quanto com o Brasil podem ser ainda mais complexificadas. José Henrique que em sua tese busca compreender o alcance da idéia de *Athenas Brasileira* – epíteto criado para o Maranhão por alguns grupos locais – no cenário intelectual brasileiro, afirma que a relação de pertencimento entre Maranhão e Portugal foi se modificando com o passar do tempo. Para ele,

Logo no pós-independência, foi uma arma contra os novos rumos políticos porque passava a nação, momento de indefinição, cuja “segurança” do antigo império servia como entificação de um padrão civilizatório, portanto, político e social, porém, à medida que o Império brasileiro ia se consolidando, esse passado lusitano foi sendo ressignificado, encapsulando a herança lingüística e cultural de Portugal como argumento justificador de que, exatamente por possuir tal passado e herança portuguesa, o Maranhão estava apto não só a participar do Império brasileiro, leia-se formação da nação, como em alguns aspectos a dar o tom dos elementos constitutivos balizadores de uma nação, como política, literatura, jornalismo. (BORRALHO, 2009: 17)

67

Nesse sentido parece-nos que ao reforçar a posição de Gonçalves Dias enquanto criador da literatura brasileira, Antonio Henriques estava, ao mesmo tempo, destacando a contribuição da província maranhense para a construção da identidade nacional, afinal, ele mesmo afirmara que seu *Pantheon* tinha a função de vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, e não seria de se estranhar por certo que ele quisesse também “vingar” a fama da própria província que a essa época já não possuía a prosperidade política que alcançara nos tempos coloniais.

E se, como havia afirmado Ernest Renan, “A nação é uma alma, um princípio espiritual” (RENAN, 1997: 39), formado pela posse comum de um rico legado de lembranças e pelo desejo de viver juntos, e também, “[...] o resultado

de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções” (RENAN, 1997: 39), era preciso então que nesse processo onde se configuravam os projetos de construção da nação, houvesse algo que fosse capaz de organizar (ou mesmo criar) esse rico legado de lembranças para, a partir daí, homogeneizar o território tão vasto e com características tão diversas. E aqui, como em outras partes do mundo, história, literatura e narrativas de vida exerceram essa função.

Biografo atencioso e com trabalho facilitado por ser amigo e contemporâneo Antônio Henriques escreve a vida de Gonçalves Dias expondo os mínimos detalhes, desde a infância sofrida por ter sido afastado da mãe ainda pequeno, passando por seus anos de estudo em Coimbra – de onde lhe ficaram, além da formação de bacharel em direito, as amizades mais queridas – até chegar a maturidade. Nesse caminho nos faz conhecer todos os problemas enfrentados por aquele que foi chamado “esperançoso menino do Maranhão”,⁸ desde a saúde frágil até os constantes problemas financeiros, mas nos mostra também o eterno apaixonado, o amigo mais que solícito, o apreciador de bailes e reuniões com seus queridos companheiros. E mais do que tudo, esmera-se em apresentar o *homem de letras*, em constante labor ressaltando a imagem de incansável “estudante” e a qualidade de todas as suas produções.

68

E é nessa busca por apresentar Gonçalves Dias como incansável *homem de letras* que Antonio Henriques vai construindo e reforçando sua imagem de *gênio transcendente*, como já o havia nomeado na dedicatória das *Obras Póstumas*. Para ele o indivíduo *nasce poeta*, quer manifeste o condão mais cedo ou mais tarde, e em Gonçalves Dias, “foi mui precoce o poetar”. Em sua descrição, Gonçalves Dias quando num momento de criação, apresentava-se como ente sobrenatural, de tal forma que em certa passagem ele diz:

Quando estava inflamado pelo fogo sagrado da poesia, parecia que se lhe transfigurava a fisionomia, os olhos chamejavam, o rosto iluminava-se e a voz surda, como que arrancada de dentro, soava palavras ininteligíveis, saídas entrecortadas e à medida que as ia transmitindo ao papel. Os áugures e as sibilas da Antiguidade, ou os *pajés* de que fala em seus poemas, haviam de ter alguma coisa de semelhante, quando evocavam os espíritos. Muitas vezes fui, quando morava em sua casa, surpreendê-lo nesses momentos supremos: era belo e terrível ver-se! (LEAL, 1987b: 109)

8 Apelido que, segundo Antonio Henriques, Gonçalves Dias recebeu, ao chegar aos 15 anos a Coimbra, dos outros estudantes maranhenses que lá residiam, por sua aparência de menino, condicionada principalmente pela baixa estatura e vivacidade com que falava de seus planos.

Mas apresentá-lo como gênio, para além de lhe atribuir feições quase sobrenaturais, permitia a Antonio Henriques (re)afirmar o valor literário dos trabalhos de Gonçalves Dias, afinal, o gênio era aquele, segundo Kant, “capaz de produzir sua obra com originalidade” (KANT apud GONÇALVES, 2009b: 456), e não de produzir imitações. Nesse sentido, Gonçalves Dias ao se destacar por sua originalidade literária e por sua qualidade poética, e alcançar reconhecimento dentro e fora da pátria era, por tanto, gênio.

Mas mais do que isso, ao exaltar o gênio, Antônio Henriques estava em alguma medida exaltando também a pátria que o criara, nesse sentido as *duas pátrias*, a pequena – o Maranhão – e o Brasil. Ele exaltava através do homem e da obra a nação que se consolidava e dava aos seus filhos um exemplo a seguir, e não era qualquer exemplo e sim o do homem que havia relacionado sua vida e seu nascimento ao de seu país e que o havia exaltado em sua obra e buscado estudá-lo e conhecê-lo ao longo de sua vida.

O *Pantheon* possui ainda o valor de apresentar ao final de cada biografia um *Apêndice*, sob a forma de notas, que no caso específico de Gonçalves Dias traz uma série de fontes preciosas, como o processo instaurado após o naufrágio do *Ville de Boulogne* (1864), do qual o poeta foi a única vítima, os documentos de construção e o discurso de inauguração da estátua erguida em sua homenagem em São Luiz (MA). Este recurso parece ser, como aponta Glória de Oliveira, uma tentativa de atribuir à biografia um caráter científico, baseando-a, assim como a história, no uso sistemático de fontes documentais (OLIVEIRA, 2009: 17-8). Aspectos como estes são o que fazem com que este trabalho de Antônio Henriques seja referencial não só para nós como para os biógrafos que se seguiram a ele. Na opinião de Antonio Candido, a biografia de Gonçalves Dias feita por Antonio Henriques é

A fonte básica sobre o poeta, não apenas pela riqueza de informações e o alicerce documentário, mas pelo esforço honesto de estudar criticamente a obra. Este biógrafo equilibrado – em cujo método deve ter influenciado Sotero dos Reis – combina a segurança dos dados com a apreciação crítica e a capacidade de retratar vivamente (a começar pela aparência física), resultando estudos ponderáveis, apesar do tom encômio, próprio dessa linha *plutarquiana*. (CÂNDIDO, 1993: 353)

Para nós, a biografia feita por Antonio Henriques participa não só dos esforços de construção e consolidação de uma memória de Gonçalves Dias, mas também dos esforços de construção e consolidação da memória e da identidade nacional, ao nos apresentar um dos expoentes dos projetos de construção daquilo que passou a ser entendido como nacionalidade brasileira. Mais do que o esforço

em favor da memória do amigo, o trabalho de Antonio Henriques era um esforço em favor da pátria.

Referências Bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a história nacional”. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Livro de Fontes da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BANDEIRA, Manuel. *Gonçalves Dias: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

_____. *Poesia e vida de Gonçalves Dias*. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Livro de Fontes da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

70 BORRALHO, José Henrique de P. *A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. 2009. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.v.2.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da historia no Brasil do século XIX. *Métis: historia & cultura, Caxias do Sul*, v.2, n.3, jan/jun, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. “*Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

- COELHO, Geraldo Mártires. “Onde fica a corte do senhor imperador?” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- CORRESPONDENCIA ativa de Gonçalves Dias. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.84, 1964. (impressão de 1971).
- CORRESPONDENCIA passiva de Gonçalves Dias. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.91, 1971.
- DIAS, A. Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.
- DIAS, A. *Obras póstumas de A. Gonçalves Dias*. São Luiz do Maranhão: Belarmino de Mattos, 1868. v. 1.
- DIAS, A. *Gonçalves Dias na Amazônia: relatórios e diário da viagem ao rio negro: introdução de Josué Montello*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- _____. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. “Introdução”. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). In: _____. *O Brasil imperial 1831-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.

_____. “Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memória e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009c.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n.388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANCSÓ, István. “Este Livro”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João pulo G. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC.

JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

- LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*, t.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. “Gonçalves Dias”. In: *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- _____. Discurso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t.27, 1864.
- MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MARQUES, Wilton José. “O poeta e o poder: favores e afrontas”. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003.
- _____. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. In: *Almanack Braziliense*. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=forum&edicao=1&conteudo=1>. Acesso em: 10 out. 2008.
- _____. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.v.2.
- NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca se um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado) –

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2009.

PATO, Bulhão. *Sob os ciprestes: vida íntima de homens ilustres*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1877.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em Questão. Cadernos da Pós/Letras*, n.19, 1997.

RICCI, Magda. “O fim do grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840)”. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-180)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROJAS, Aguirre. “La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales”. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

74

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

SILVA, Maria Odila. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. Editora Perspectiva, 1986.

SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro”. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. 2 v.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.